

A formação da cultura carioca a partir das relações urbanas no século XIX

ANDRÉ NUNES DE AZEVEDO*

Pensar as cidades a partir de suas especificidades, de seus elementos irreduzíveis à história nacional, supõe necessariamente pensá-las a partir de sua historicidade (Heidegger, 2002). É nisso que reside a singularidade do conhecimento histórico. Não é sociologia ou antropologia. Não busca o enquadramento dos fenômenos sócio-culturais em estruturas amplas, categorias universais que dotem sua análise de legitimidade científica. Não; de maneira distinta, oferecendo o que as Ciências Sociais não oferecem, a História dá a dimensão do peso da historicidade como elemento necessário à constituição singular de uma cultura e de uma sociedade. Faz-se perceber como indispensável para a compreensão ontológica de uma cidade, pois todo ser só o é enquanto historicidade e só se dá a compreender enquanto tal (Gadamer e Fruchon, 1998).

Tomando por base esse posicionamento teórico, notamos que o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil afigurou-se um elemento decisivo na construção de algumas das principais características da cidade, das quais derivaram alguns dos principais liames da cultura carioca. Uma dessas características propiciadas pela a presença da corte lisboeta foi a simbiose entre ordem e desordem no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Ao abrigar a corte lusitana, a urbe cresceu e passou a exigir novos serviços que eram demandados de seu crescente número de habitantes livres e em situação econômica favorável e mediana. As necessidades de mão-de-obra para serviços de esgotamento sanitário, coleta de água e pequenas trocas comerciais, iluminação pública, transporte, entre vários outros, fizeram-se sentir na cidade. A mão-de-obra que supriria esse aumento brusco da demanda seria a dos negros escravos, alforriados e parte dos homens livres pobres, que

* Professor Adjunto do Departamento de História da UERJ. Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio.

ocuparam o espaço urbano da cidade de forma não ordenada pelo poder público europeu-cortesão, que não soube como lidar com uma cidade que cresceu de forma explosiva com a chegada da corte portuguesa. A maneira mais rápida encontrada de atender as novas demandas em uma cidade escravista que crescia repentinamente e que tinha a importância de ser sede do poder Real, foi o emprego do braço escravo nos mais diversos serviços urbanos. No entanto, uma das características do trabalho escravo, que muitas vezes era ambulante, sem uma sede própria que constituísse base para o exercício da função, era a ocupação espontânea do espaço público, sem maiores preocupações com a articulação orgânica da cidade. Assim, a ocupação do espaço urbano da urbe carioca desenvolvida pelos cativos foi realizada de acordo com o juízo e as conveniências daqueles que prestavam o serviço, sem receber regulamentação do poder público, que dependia das tarefas dos escravos na cidade, bem como a sociedade do Rio de Janeiro. O poder público na cidade, ao não oferecer alternativa a esses serviços baseada em trabalho livre e ao não regulamentar e/ou fiscalizar a ocupação do espaço urbano, propiciou as condições necessárias ao início de uma tradição de simbiose entre “mundo da ordem”, que entenderemos aqui como o poder público e as famílias de homens livres proprietários, que o compunham e o mundo da “des-ordem”, constituído por escravos, forros e trabalhadores livres sem propriedades que, de forma espontânea, não regulamentada e/ou fiscalizada, ocupavam a cidade na articulação de seus serviços que, contraditoriamente, alimentavam e permitiam a reprodução do “mundo da ordem”. Desta feita, a presença da corte lusa e sua relação pouco preocupada com o provimento e a ordenação dos serviços demandados na urbe, encetou uma característica marcante da cidade do Rio de Janeiro que vem se propagando até o início do século XXI: a relação simbiótica entre “mundo da ordem” e “mundo da des-ordem”.

Com efeito, o Rio de Janeiro constituiu assim uma dinâmica de provimento de serviços urbanos muito peculiar, pois quanto mais a cidade ratificou a sua centralidade para o país com o propósito civilizador, como ocorreu durante todo o século XIX até fins do II Reinado, mais ela alimentou, contraditoriamente, formas paralelas – “mundo da des-ordem” – para suportar esse crescimento derivado do seu propósito civilizador. Assim, a dinâmica de crescimento e consolidação da centralidade do Rio de Janeiro portou uma contradição que suportou o desenvolvimento da cidade. O processo civilizador propendido pelo Império na

urbe carioca supôs um movimento contraditório que vinculou o avanço e a expansão da ordem ao crescimento da desordem no espaço urbano como pares necessariamente articulados na dinâmica de crescimento da cidade. O resultado foi a sedimentação histórica de um ethos urbano de tolerância da sociedade e do poder público para com a ocupação não regulamentada do espaço urbano, fenômeno que se estendeu na cultura do Rio de Janeiro nos momentos posteriores ao período da escravidão, chegando-nos até os dias atuais.

O rápido crescimento da urbe durante o século XIX generalizou na cidade a prática do negro ao ganho (Silva, 1988), que consistia em que o proprietário enviase o seu escravo às ruas da cidade, a fim de que trouxesse determinada quantia ao seu senhor no fim do dia. Esse fenômeno social, muito comum no Rio de Janeiro, veio a somar para a ocupação desordenada do espaço urbano, configurando-se em mais um fator de fomento a relação simbiótica entre ordem e desordem nas ruas da cidade. Muitos senhores e senhoras distintas, viúvas respeitáveis na sociedade carioca do Oitocentos, cavalheiros reconhecidos como tal nas rodas sociais das “boas famílias” cariocas, retiravam o seu sustento das práticas de ganho dos seus cativos, que iam desde o comércio ambulante fora das posturas urbanas, até roubos, furtos e prostituição. Assim, o “mundo da ordem” alimentava o “mundo da desordem” nas ruas do Rio de Janeiro e era por ele sustentado. Jantares sociais eram servidos na cidade com a faina ilícita do negro ou negra lançado ao ganho nas ruas da cidade.

Logo, uma cultura de tolerância com o uso não regulamentado do espaço urbano da cidade foi se desenvolvendo, pois se beneficiavam dos serviços dos negros cativos não somente os seus senhores, mas uma parte significativa da população da cidade. Esta usufruía de seus serviços, muitos dos quais serviços públicos, como o de esgotamento sanitário, que exibia a degradante imagem dos “tigres” carregando pelas ruas da cidade barris de excrementos, exibindo seu corpo semi-nu pontilhado com tais excreções, exalando um mal cheiro que era característico do ambiente urbano do Rio de Janeiro.

O poder público da cidade também estimulava a ocupação irregular do espaço urbano, pois assumiu durante toda a primeira metade do século XIX a precariedade de um sistema de serviços públicos baseados na mão-de-obra escrava, sustentando, de maneira contraditória, um ideal civilizador com o trabalho cativo. Somente na segunda metade do

Oitocentos, com a sucessão de epidemias e endemias que tomaram a cidade após o surto de febre amarela de 1849 e, principalmente, pela crise da escravidão determinada pela lei britânica *Bill aberdeen*, que proibia o tráfico negreiro, é que, lentamente, o poder público passou a buscar alternativas à prestação de serviços públicos baseados na mão-de-obra escrava, o que não foi o suficiente para conter a ocupação irregular do espaço urbano.

A precariedade ou a ausência da oferta de serviços sanitários básicos por parte do poder público também foi um estímulo à educação da sociedade para uma cultura de indisciplina no uso do espaço da cidade e de irresponsabilidade para com a sustentação do bem-estar da sua comunidade. Muito comuns nas ruelas estreitas e sinuosas do Rio de Janeiro eram as cenas de moradores despejando bacia de urina da janela do sobrado no espaço público da rua. Comum também eram as cenas de cariocas urinando em pleno centro da cidade e atirando lixo a esmo nas vielas e nos rios. A ausência ou precariedade de um sistema de coleta pública do lixo e de esgotamento sanitário afigurou-se o principal fomentador de tais práticas que, desnecessário frisar ao cidadão carioca que nos lê neste início de século, perduram na cidade, gozando ainda nos tempos atuais de grande tolerância do poder público e da sociedade. É interessante também notar que essa relação indisciplinada com o uso do espaço urbano está presente em maior ou menor número, em todas os segmentos sociais da cidade, configurando-se em muito mais do que um traço de uma classe social, mas um liame de fato da cultura urbana do Rio de Janeiro.

O fenômeno da escravidão urbana em uma cidade em franco crescimento somado à omissão do poder público quanto aos compromissos de sustentação sanitária da cidade e de regulamentação dos usos do espaço urbano, foram os responsáveis não só pelo desenvolvimento de uma cultura de indisciplina na utilização do espaço público do Rio de Janeiro, como também de uma cultura de tolerância e aceitação por parte do poder legítimo e da sociedade com tais imposturas, posto que na dinâmica social do Rio de Janeiro escravista do século XIX, como já explicamos, o “mundo da ordem” foi sustentado pelo “mundo da desordem”.

A relação simbiótica entre “mundo da ordem” e “mundo da desordem” favoreceu um dos traços mais marcantes da cultura carioca: a cultura da malandragem. O escravo

urbano que ocupava pequenos ofícios e a prestação de pequenos serviços na cidade tinha claro para si não só a baixa regulamentação das relações, que derivava da dificuldade do poder público de gerir a complexidade das relações em uma sociedade escravista urbana, como também o fato de que a lei, a norma, as posturas e a rede de legalidade presentes nessa sociedade lhe desfavoreciam. Tal percepção, presente em uma sociedade urbana caracterizada pela impessoalidade das relações e pela maior oportunidade do indivíduo de abrigar-se no emaranhado da cidade (Chalhoub, 96), favoreceram o recurso a expedientes que extrapolavam não só a legalidade, mas como a própria moral e ética do homem branco proprietário, percebida pelo escravo ou homem livre sem posses como uma “regra do jogo” imposta pelos seus donos e que, claramente, desfavorecia esse segmento da população em favor dos “donos do jogo” (Carvalho, 86). Assim, para o malandro carioca, tudo o que é institucional é relativo, pois deve ser aproveitado em suas brechas que o favorecem, ao passo que, o que não “nos favorece” deve ser ignorado, posto que percebido como tendo sido feito para beneficiar outros agentes sociais, justamente aqueles que fizeram para si as “regras do jogo”, os homens livres proprietários. O malandro é aquele que percebe, de maneira arguta, que as leis, normas, moral e ética do homem branco livre foram feitas em causa própria, não tendo em vista o conjunto da sociedade. Partindo dessa percepção, o malandro é aquele que constitui as suas regras que, são estabelecidas sem o consenso dos agentes sociais, da mesma forma que as regras feitas pelos atores sociais do “mundo da ordem”. As regras do malandro derivam da “ética do esperto”, que faz com que as atitudes sejam tomadas a partir da leitura do grau de sagacidade do agente que se confronta com o malandro, se ele, por exemplo, é mais bestializado – aquele que crê inutilmente nas regras do jogo, o “otário” em última análise, ou se é mais bilontra – aquele que percebe o conteúdo de injustiça presente em tais regras e parte para desviar-se de maneira sinuosa delas, e que tem a sagacidade de jogar com o desejo do outro e os limites de sua percepção quanto as suas reais intenções no jogo de relações que está sendo entabulado no momento pelos agentes em questão.

O fenômeno do crescimento da escravidão urbana e da população da cidade no Rio de Janeiro durante os três primeiros quartos do século XIX, só fez aumentar no escravo e no homem livre sem posses a consciência do quadro de injustiça social flagrante, que demandava a constituição de novas referências para a relação entre os desiguais. Isso,

somado ao baixo poder de regulamentação e fiscalização na cidade por parte do Estado, fez com que a “ética do esperto”, que caracteriza a malandragem no seu jogo cotidiano para a reprodução da sua existência material, se impusesse como alternativa às “regras do jogo” constituídas pelos homens livres proprietários. Ademais, a urbe carioca, a maior do Brasil, era um espaço privilegiado para o malandro, que poderia burlar tais regras nos mais diversos graus, das mais diversas formas, e se abrigar na impessoalidade de uma cidade com alta densidade urbana, uma vez que uma das estratégias do malandro é não ter lugar fixo, a fim de não ser vítima das forças coercitivas que partem das regras de outrem.

A malandragem tem como característica jogar com as circunstâncias, não definir regras de antemão, não se enquadrar nelas. É da circunstância, do *feeling* do momento, que o malandro articula sua estratégia. É somente depois de uma rápida leitura do seu interlocutor que define como encaminhar a situação. Fora da normatividade legal ou moral, o escravo ou homem livre sem posses da zona urbana depende sempre das circunstâncias para sobreviver, da faina incerta de cada dia. Não pode, ao contrário dos seus congêneres rurais, contar com um cotidiano constante e um amparo regular quanto ao seus provimentos materiais. O trabalhador que atua como escravo ou empregado de uma fazenda sabe como será o seu dia-a-dia e que terá a sua parca sustentação material garantida.

Sem contar com tal estabilidade e previsibilidade, sem saber o que será de si no futuro, o despossuído urbano torna-se um mestre das circunstâncias, preferindo tirar partido das possibilidades mais imediatas que a densidade urbana oferece, a estabelecer uma relação constante de confiança com os circunstantes da urbe. Não se pode perder uma oportunidade de ganhos, pois no caso do escravo será cobrado com severidade do senhor e no caso do homem livre sem posses, não sabia se poderia obter uma nova chance nos dias vindouros, o que poderia comprometer a sua situação de sustentação material.

A vida pautada nas circunstâncias do mundo urbano foi também fomentadora de uma outra característica cultural carioca: a distensão nas disciplinas e o relaxamento para a vida. Não considero apropriado afirmar que o carioca é indisciplinado, mas que mantém uma relação distendida com o universo das disciplinas e que revela no horizonte da sua cultura um relaxamento diante da vida. Esse relaxamento não deve ser entendido aqui como o desleixo,

característica marcante da cultura portuguesa (Holanda, 1994), mas como uma atitude que toma como relativa a importância conferida no Ocidente a vários detalhes das relações cotidianas e aos compromissos que são estabelecidos com a figura do outro.

A vida do malandro é pautada pela sagacidade da “ética do esperto”, fundamento da malandragem, que como pudemos perceber, diante da necessidade de articulação cotidiana da sobrevivência, só reconhece o outro no seu valor de uso, desconsiderando o seu valor como pessoa. Tal atitude faz com que não se estabeleça com o outro a idéia de compromisso, que supõe uma disciplina, o cumprimento de obrigações estabelecidas e a observação de detalhes disciplinares: hora para realizar cada tarefa, hora de chegar, serviços a saldar, enfim, o planejamento de um cotidiano que leve ao cumprimento de compromissos. Tanto a escravidão como a vida do homem livre pobre em uma cidade com alta densidade urbana e baixa regulamentação governamental constituíram esse aspecto da cultura carioca. A escravidão fez com que o cativo associasse o trabalho disciplinado com a opressão e o suplício, e não fez restar muito horizonte de futuro ao escravo, alienado de sua liberdade pessoal. Assim, diante dessa situação e de um poder público que não é capaz de disciplinar os corpos cativos em meio ao emaranhado urbano de uma grande cidade - que faculta o esconderijo ao escravo e o baixo nível de controle dos seus indivíduos dado pela impessoalidade gerada pela densidade urbana - e de uma visão negativa do trabalho disciplinado associado com a indignidade da escravidão, vingou na cidade uma cultura de distensão disciplinar de que nada é tão importante assim que mereça um cotidiano tenso, de que a vida, que já é demasiadamente sofrida, com suas dores e incertezas, deve ser levada de maneira relaxada. Daí a figura do violeiro ser um tipo tão comum na cidade, tocando o seu violão e relaxando as tensões da vida que deveriam ser relativizadas. Não é pequena a quantidade de músicas produzidas no Rio de Janeiro pondo em questão as tensões da vida e de como o trabalho disciplinado não é compensador¹. Não é sem razão que, no alvorecer do século XX, as elites da cidade sustentavam um juízo moral negativo sobre a figura do violeiro, tido como vagabundo, posto que alguém que era visto como um estimulador da improdutividade e da aversão ao trabalho disciplinado.

A forte presença da escravidão urbana no Rio de Janeiro também contribuiu para uma relação relaxada e pouco disciplinada para com a vida por parte do carioca possuidor de

bens, incluindo os membros das camadas médias da cidade. Sabemos que no Rio de Janeiro do século XIX todos ansiavam ter um escravo, símbolo de status e muitas vezes de libertação de uma condição inferior na escala social de uma sociedade escravista, posto que nela o trabalho era visto como algo menor, coisa que desmerecia socialmente o seu praticante. Lembremos que obter a propriedade de um negro para pô-lo ao ganho poderia libertar o seu proprietário do compromisso do trabalho.

Com efeito, a posse de escravos pelas camadas médias urbanas do Rio de Janeiro foi fundamental para uma verdadeira educação para a lassidão na cidade e para a formação de uma cultura pouco afeita ao universo das disciplinas. Por que se cobrar atenção aos vários aspectos disciplinares da vida, se um outro pode fazer várias tarefas para mim ? Por que se disciplinar em uma cidade que não era disciplinada pelo poder público ? Por que se disciplinar, perguntaria o cativo e o homem livre pobre, se a vida não apresenta horizonte de melhora, se o trabalho é percebido como suplício, opressão ? Por que planejar o futuro se ele se reduz ao presente e as oportunidades que as circunstâncias oferecem ? Por que reconhecer o outro como pessoa se a minha relação com ele é fugaz, sem regras estabelecidas ? Por que fazê-lo se o meu sustento vem – seja do senhor, do escravo de ganho, ou do homem livre pobre – de sua redução ao seu valor de uso ?

Ao mesmo tempo, na cidade impunha-se aos seus habitantes a força de suas estruturas de poder, o que colaborou para outro elemento muito característico da cultura do Rio de Janeiro, sobretudo de sua cultura política: a idéia de que os governantes não enganam os carioca que, orgulhosamente alegam ter plena consciência de serem explorados pelos seus gestores públicos, mas que toleram essa exploração dentro de uma margem de aceitação, posto que o peso das estruturas de poder consolidadas é de fato considerável e que, portanto, seria mais sábio tolerar tal situação a fim de garantir uma postura mais relaxada diante da vida, traço caro na cultura da cidade, do que enfrentá-las de forma sistemática e disciplinada.

ⁱ Dois dos principais gêneros musicais da cidade, o Samba e a Bossa-Nova, são pródigos em letras de musicais que tratam dessa questão.